

6

O abuso e a exploração sexual na MINUSTAH

Após termos exposto nossa hipótese principal sobre a possibilidade de que o treinamento seja uma ferramenta eficiente na diminuição de casos de abuso e exploração sexual (AES), passaremos à análise de dois estudos de caso a fim de testarmos. Tal investigação se preocupará, também, com a situação de pobreza e violência de mulheres e meninas quando da chegada das operações de paz (OPs), que as leva a envolverem-se em relações sexuais explorativas com integrantes das missões. Neste capítulo, analisaremos, em primeiro lugar, a situação dos casos de abuso e exploração sexual (AES) cometidos por civis e militares da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, a MINUSTAH, através da exposição das denúncias publicadas na mídia. Estudaremos, ainda, as medidas adotadas na missão em combate ao abuso e à exploração sexual. Ao final, examinaremos o treinamento implementado na Marinha e no Exército do Brasil, tendo como orientação os indicadores estabelecidos no capítulo 5.

Para tal análise, começaremos por relatar brevemente o aumento da violência no Haiti desde 2004. Com a derrubada do presidente Jean-Bertrand Aristide e o colapso de seu governo, o Haiti viu-se mergulhado não só em forte instabilidade política, mas no confronto violento entre diversas gangues armadas - dentre estas grupos contra e pró-Aristide, ex-militares e traficantes de drogas. Tudo isto frente a um cenário de completo caos nas estruturas governamentais, exemplificado pela falta de delegacias, postos de saúde, serviços de limpeza e de água, entre outras necessidades básicas; e de violações dos direitos humanos - especialmente o direito à vida (Thebaud, 2004, p. 28). Assim, a crise haitiana caracterizava-se por uma situação de insegurança generalizada, em que as vítimas de violência encontravam grandes dificuldades de recorrer à justiça, o que acabou por estimular um crescimento notável de atos de intimidação, de agressão e de violência sexual, já existentes anteriormente à queda de Aristide.

No dia 29 de fevereiro de 2004, a Resolução 1529¹ criou a Força Multinacional Provisória (*Multinational Interim Force*). Apesar de ter votado a favor da resolução, o Brasil não aceitou participar da MIF por considerá-la uma missão de imposição da paz, uma vez que o documento é baseado no capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Tal posição do país é consistente com a defesa do princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, que pauta, tradicionalmente, a política externa brasileira (Diniz, 2004, p. 92). A MIF foi estabelecida a pedido do presidente interino do Haiti, Boniface Alexandre, teoricamente para evitar uma eminente guerra civil. Tropas do Canadá, Chile, França e EUA foram imediatamente deslocadas para o país². O objetivo era manter a segurança na capital haitiana e em outros pontos-chave da cidade³.

Finalmente, em 30 de abril de 2004, considerando a situação uma ameaça à paz e à segurança internacionais, o Conselho de Segurança (CS) da ONU aprovou a Resolução 1542⁴, que estabeleceu a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, a MINUSTAH. A missão, de capítulo VII, acaba de ter sua duração prevista prorrogada para 15 de outubro de 2009⁵. O entendimento do governo brasileiro, no entanto, é de que a MINUSTAH é uma missão de capítulo VI, uma vez que, na Resolução 1542, a referência ao capítulo VII da Carta da ONU é feita apenas no parágrafo 7, o que indicaria que apenas este parágrafo é baseado no cap. VII, e não a resolução por inteiro (Diniz, 2004, p. 92). Segundo Kenkel (2008, p. 22), a política externa brasileira é fortemente calcada nos princípios da soberania e da não-intervenção, o que explicaria a relutância do Brasil em participar de uma missão de capítulo VII.

O mandato da operação de paz (OP) é centrado em três áreas principais: provisão de segurança e de um ambiente estável; apoio ao processo político e boa governança, em preparação para futuras eleições; e monitoramento e melhora da situação dos direitos

¹ Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Resolução 1529, 29 de fevereiro de 2004. Disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/254/10/PDF/N0425410.pdf?OpenElement>. Acesso em 12/01/2009.

² “Haiti - MINUSTAH - Background”. Disponível em <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/background.html>. Acesso em 10/01/2008.

³ Organização das Nações Unidas (ONU). Conselho de Segurança. Resolução 1529 do Conselho de Segurança, 29/02/2004.

⁴ Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Resolução 1542, 30 de abril de 2004.

⁵ “ONU renova missão no Haiti comandada pelo Brasil”. *Agência Estado e Associated Press*, 14/10/2008. Disponível em http://www.estadao.com.br/internacional/not_int259648,0.htm. Acesso em 01/12/2008.

humanos. Em fevereiro de 2009, 7039 militares do Brasil, Argentina, Guatemala, Chile, Sri Lanka e Jordânia, dentre outros países, participam da missão⁶, exercendo as mais diversas funções, que vão desde as funções tradicionais das operações de paz ou do mundo militar, como confrontos com grupos armados, patrulhas motorizadas e a pé, escolta de comboios humanitários, controle de distúrbios e proteção de prédios e figuras públicas; a funções não-militares, como remoção de lixo, recuperação de vias e ruas, de escolas, e de hospitais, distribuição de comida e água e até mesmo corte de cabelo à população, dentre muitas outras funções previstas e não-previstas⁷. Em dezembro de 2008, a operação de paz no Haiti contava ainda com 491 civis internacionais, 1202 civis locais e 191 voluntários da ONU⁸.

Como já foi analisado no capítulo 1, o abuso e a exploração sexual são fenômenos diretamente ligados à situação da mulher em períodos de violência, de pós-conflito e de pobreza extrema. No Haiti - o país mais pobre das Américas – a situação não é diferente. Com cerca de 8,9 milhões de habitantes, e PIB per capita de 430 dólares⁹, a situação social do país é sofrível: 17,3% das crianças estão com o peso inferior ao normal, mais que o triplo dos 5,3% registrados pela vizinha República Dominicana. Quase metade dos haitianos consome menos calorias que o necessário - estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)- (47%)¹⁰, e a expectativa de vida da população é de apenas 59 anos¹¹. Essa situação de pobreza é definidora da forma como mulheres se “oferecem” a civis e militares da missão, como relatado por membros do Exército, da Marinha e de organizações não-governamentais (ONGs). A situação de vulnerabilidade da mulher está, ainda, ligada ao nível alarmante de estupros e de violência contra a mulher de uma forma geral no país, facilitado por sua vez pela falta de

⁶ “Haiti - MINUSTAH - Facts and Figures”. Disponível em

<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/facts.html>. Acesso em 03/04/2009.

⁷ Entrevista com Capitão de Mar e Guerra Carlos Chagas. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, dia 21/10/2008. Carlos Chagas foi assessor do *Force Commander* da Minustah.

⁸ “Haiti - MINUSTAH - Facts and Figures”. Disponível em

<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/facts.html>. Acesso em 03/04/2009.

⁹ Índice Mundial. Disponível em <http://indexmundi.com/haiti/population.html>. Acesso em 03/12/2008.

¹⁰ INFANTE, Alan. “Hispaniola: uma ilha, dois mundos”. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 24/06/2005. Disponível em http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=1269&lay=pde. Acesso em 03/12/2008.

¹¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). “Human Development Reports”. Disponível em http://hdrstats.undp.org/countries/country_fact_sheets/cty_fs_HTI.html. Acesso em 01/12/2008.

um sistema jurídico e legal, pelo domínio das gangues armadas e, até mesmo, por ruas sem eletricidade, que as tornam lugares de risco para mulheres e meninas que ali passam diariamente¹². Durante os 22 meses entre a saída de Aristide e o fim de 2005, estima-se que 35 mil mulheres tenham sido abusadas sexualmente, metade das quais eram menores de idade¹³.

6.1

A situação do abuso e da exploração sexual no Haiti

Para traçar um quadro minimamente realista da situação do abuso e da exploração sexual (AES) na MINUSTAH, a pesquisa buscou fazer uma investigação na mídia, através da coleta de reportagens sobre o tema na imprensa internacional; e realizar entrevistas com membros do Exército e da Marinha Brasileira, além de organizações internacionais e locais, que fazem trabalho de campo no Haiti e observam a interação entre militares e a população local ou que tenham alguma conexão no país. É certo que não conseguiremos traçar um quadro absolutamente condizente com a realidade, pelo problema da sub-notificação de casos de AES¹⁴. É relevante explicitar que todos os atores citados – sejam ONGs, militares ou funcionários da ONU- têm fortes agendas políticas, que podem moldar sua visão, e, conseqüentemente, suas opiniões sobre a situação do AES na MINUSTAH. Por isso, a escolha feita pela autora, uma vez que não há como testar objetivamente a imparcialidade de cada um dos entrevistados, foi a de expor todos os lados, de forma a não discriminar nenhum ator, com o objetivo de tentar formar um quadro equilibrado.

Após tentarmos delinear a situação de AES na missão, o estudo analisará a estrutura de denúncia e investigação existente na MINUSTAH, suas falhas e qualidades, para depois seguirmos para o estudo do treinamento feito com militares do Exército e da Marinha, levando em conta a presença e a clareza da prevenção ao abuso e à exploração

¹² “Don’t turn your back on girls: Sexual violence against girls in Haiti”. Anistia Internacional, novembro de 2008. Disponível em <http://www.amnesty.org/en/news-and-updates/report/dont-turn-your-back-girls-sexual-violence-haiti-20081127>. Acesso em 03/12/2008.

¹³ Athena Kolbe and Royce Hutson. “Human rights abuse and other criminal violations in Port-au-Prince, Haiti: a random survey of households”. *The Lancet*, vol. 368, no. 9538, 02/09/2008. pp. 864-873.

¹⁴ Para mais sobre as dificuldades de notificação dos casos de AES, ver capítulo 4.

sexual. A análise do treinamento será comparada com as denúncias de AES envolvendo militares brasileiros desde 2004, levando em conta o período estudado e o número das tropas, como forma de testarmos nossa hipótese de que o treinamento é uma ferramenta importante no combate ao AES.

6.1.1

Casos de abuso e exploração sexual na MINUSTAH

Muitos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil e membros do Exército Brasileiro afirmaram enfaticamente não terem visto nenhum ato de AES cometido por quaisquer dos militares presentes na missão (brasileiros e de outros países), enquanto outros contaram à autora relatos esporádicos de encontros entre militares da Guatemala e do Sri Lanka com mulheres locais em praias durante o domingo (dia em que não trabalham), de festas de militares uruguaios em boates dos arredores, dentre outras denúncias.

Já a posição das organizações não-governamentais varia muito com relação a supostas denúncias de AES. Uma funcionária da organização Viva Rio que viveu no Haiti afirmou não ter visto ou ouvido nada¹⁵. Sarah Martin¹⁶, da *Refugees International*, conta que, ao conversar com mulheres haitianas sobre a questão, estas responderam que “os militares brasileiros gostam de conversar com as mulheres”¹⁷. Martin disse ainda que não havia, no entanto, visto nenhum militar, de nenhum país, cometendo atos de AES, mas que “estatísticas e informações que têm coletado ao longo dos anos mostram que este não é um problema isolado – todos os militares têm problemas com prostitutas e com o cumprimento de regras (*enforcing regulations*)”¹⁸.

Outras organizações não-governamentais são mais enfáticas em suas acusações. David Josué, da organização haitiana Ezilidanto, afirma que “é de conhecimento público no Haiti que abusos sexuais são cometidos pelos soldados (da MINUSTAH)”¹⁹. Quando confrontado com a informação de que as Forças Armadas brasileiras afirmavam não

¹⁵ Entrevista com Mariana Reade, funcionária do Viva Rio. Rio de Janeiro, 25/11/2008.

¹⁶ Sarah Martin faz parte hoje dos Médicos sem Fronteiras.

¹⁷ Entrevista com Sarah Martin por email, 01/12/2008.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ Entrevista à autora por email, dia 28/11/2008.

haver casos, afirmou: “Estamos acostumados com as negações, mentiras e traições dos brasileiros”²⁰. A organização não cita, no entanto, nenhum caso específico.

Quando analisamos os casos de AES em ordem temporal, tanto na mídia como aqueles relatados por nossos entrevistados, a verdade parece ser que há muito mais denúncias do que casos concluídos. Os casos, em sua maioria, carecem de evidências, talvez pela falta de uma estrutura de investigação apropriada. Segundo o Capitão-de-Mar-e-Guerra dos Fuzileiros Navais Carlos Chagas Vianna Braga, que esteve no Haiti de maio de 2004 a junho de 2005, e que trabalhou como assistente do *Force Commander* da MINUSTAH, não houve nenhum caso concreto de abuso ou exploração sexual tanto de civis como de militares durante este período, apenas uma denúncia contra um soldado argentino atuando em Gonaïves, que durante as investigações verificou-se ser falsa. O primeiro caso concreto a ser veiculado na mídia se deu em fevereiro de 2005, quando uma mulher haitiana acusou três militares de a terem estuprado em Gonaïves²¹. Segundo a investigação preliminar, tratava-se, na verdade, de um caso de prostituição, envolvendo dois policiais paquistaneses.

Em sete de março de 2005, artigo da ONG *Refugees International* afirmou que, em 18 de fevereiro, uma rádio de Gonaïves transmitira que três membros da força militar da MINUSTAH teriam estuprado uma haitiana²². Em 19 de fevereiro a missão mandou um investigador para a cidade. O artigo não diz a conclusão a qual chegaram as apurações. Em março de 2005, uma investigação da ONU concluiu que os dois policiais civis tinham, de fato, tido relações sexuais pagas com uma mulher²³. Eles foram dispensados da missão e da força policial, e sentenciados a um ano de prisão pelo governo paquistanês. Em novembro de 2005, O *Ezili Danto Witness Project Report* divulgou que uma mulher haitiana havia sido estuprada por cinco soldados jordanianos

²⁰ *Idem*.

²¹ “UN probing rape allegations against peacekeepers in Haiti”. *UN News*, 24/02/2005. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=13453&Cr=haiti&Cr1=>. Acesso em 11/11/2008.

²² MARTIN, Sarah; GANTZ, Peter. “Haiti: sexual exploitation by peacekeepers likely to be a problem”. *Refugees International*, 07/03/2005. Disponível em <http://www.refugeesinternational.org/content/article/detail/5315/?output=printer>. Acesso em 11/11/2008.

²³ LINDSAY, Reed. “UN Peacekeepers accused of rape”. *Washington Times*, 17/12/2006. Disponível em <http://www.washingtontimes.com/news/2006/dec/17/20061217-122119-4767r/>. Acesso em 01/12/2008.

no dia 26 daquele mês. No áudio do depoimento²⁴, no entanto, a vítima diz que não poderia reconhecer o perpetrador, portanto não fica claro como esta sabia que aquele era jordaniano.

Em 2006, da mesma forma, os relatos de AES parecem carecer de evidências. Em 30 de novembro de 2006, reportagem de Mike Williams, da *BBC News*²⁵, afirmava que uma menina de 14 anos dissera que um *peacekeeper* teria lhe oferecido gelatina, doces e alguns dólares em troca de sexo com ela e com sua amiga – uma criança de 11 anos. A matéria não cita a nacionalidade nem esclarece se o perpetrador seria civil ou militar. O artigo afirma ainda que um “funcionário da ONU” teria dito que viu várias vezes “oficiais da ONU ‘pegando’ (*picking up*) jovens prostitutas e saindo em seus carros com elas”.

Em dois de setembro de 2006, uma pesquisa feita por acadêmicos americanos, publicadas pela revista acadêmica de medicina *The Lancet*²⁶, afirmava que soldados canadenses haviam feito ameaças sexuais a mulheres enquanto fora de serviço (*off-duty*) e bêbados. Uma mulher afirmou que militares canadenses embriagados ficavam pelas ruas tentando “conseguir” mulheres. Soldados americanos também foram citados. Os entrevistados afirmaram que reconheceram os soldados canadenses pelas bandeiras afixadas no braço do uniforme. O estudo diz ainda que militares brasileiros e jordanianos teriam feito ameaças sexuais enquanto estavam sob patrulha. Segundo a revista, apesar de 14% dos entrevistados terem acusado soldados estrangeiros, incluindo militares da ONU, de ameaçarem sexualmente ou com base em violência física, “os autores não encontraram evidência do envolvimento de soldados estrangeiros em mortes ou em ameaças sexuais”²⁷.

Athena Kolbe, uma das autoras do estudo, afirma que a pesquisa foi feita especificamente no ano de 2005. Durante este ano, segundo ela, o abuso sexual de

²⁴ Disponível em <http://www.margueritelaurent.com/campaigns/campaignone/testimonies/jordanrape.html>. Acesso em 01/12/2008.

²⁵ WILLIAMS, Mike. “Fears over Haiti child abuse”. *BBC News*, 30/11/2006. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6159923.stm>. Acesso em 12/12/2008.

²⁶ Athena Kolbe and Royce Hutson. “Human rights abuse and other criminal violations in Port-au-Prince, Haiti: a random survey of households”. *The Lancet*, vol. 368, no. 9538, 02/09/2008. pp. 864-873. HEINRICH, Jeff. “Canadian troops in Haiti accused of making death, rape threats”. *Ottawacitizen.com*, 02/09/2006. Disponível em <http://www.canada.com/ottawacitizen/news/story.html?id=f50a6790-ead6-4eb1-8e61-5524594435b1&k=70375>. Acesso em 23/11/2008.

²⁷ “UN peacekeepers in Haiti”. Editorial. *The Lancet*, vol.368, 2 de setembro, 2006.

crianças por “atores políticos” era sistemático. A autora informou, no entanto, que não há dados sobre a situação atual. Segundo ela:

I don't have hard data but like everyone else working in Haiti, I hear the stories of girls who have been taken advantage of or suffered abuse at the hands of peacekeepers, police and others in power²⁸.

Neste mesmo ano, surge um caso envolvendo um suposto estupro de uma menina de 16 anos por um soldado brasileiro em novembro de 2004²⁹, que confirmou o caso em entrevista à *BBC News*³⁰. Três investigações distintas foram feitas nos primeiros meses de 2005: primeiro um levantamento preliminar, depois um comitê de inquérito, que ouviu a jovem, os familiares, o soldado e outras testemunhas. Segundo fontes oficiais, nenhuma prova concreta foi encontrada³¹. Mesmo assim, o soldado (aparentemente do Exército) foi mandado de volta a sua base no Brasil. Após o incidente, o Ministério da Defesa brasileiro divulgou uma nota afirmando que “não há registro de qualquer caso comprovado de abuso sexual por parte de integrantes de contingentes brasileiros enviados ao Haiti”³².

Em 17 de dezembro de 2006, o *Washington Times*³³ publicou matéria afirmando que “notícias de que *peacekeepers* haviam estuprado meninas adolescentes surgiram no Haiti”. Segundo a matéria, uma menina afirmava ter sido estuprada por um militar do Sri Lanka em uma cidade “a uma hora de Porto Príncipe”, há dois anos atrás, quando tinha 15 anos, e que foi proibida por sua mãe de denunciar o caso. David Wimhurst, porta-voz da missão, disse que nenhuma evidência foi encontrada nas investigações feitas. O artigo diz ainda que cinco meninas de rua de idades entre 9 e 13 anos afirmaram ter recebido ofertas sexuais de *peacekeepers*.

Já 2007 parece ter sido o ano em que a missão mais apareceu nos jornais. No dia 3 de novembro de 2007, 108 soldados do Sri Lanka, país que tinha, nesta época, 960

²⁸ Entrevista à autora por email, dia 06/01/2009.

²⁹ “ONU investigou três acusações contra soldado brasileiro”. *O Globo*, 01/12/2006.

³⁰ WILLIAMS, Mike. “Fears over Haiti child abuse”. *BBC News*, 30/11/2006. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6159923.stm>. Acesso em 12/12/2008.

³¹ GALLAS, Daniel. “ONU investigou três acusações contra soldado brasileiro”. *BBC Brasil*, 30/11/2006. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061130_haiti_dg.shtml. Acesso em 11/12/2008.

³² *Idem*.

³³ “UN peacekeepers accused of rape”. *The Washington Times*, 17/12/2006. Disponível em <http://www.washingtontimes.com/news/2006/dec/17/20061217-122119-4767r/>. Acesso em 10/10/2008.

militares na MINUSTAH³⁴, foram repatriados com colaboração de seu governo por suspeita de haverem pagado por sexo³⁵, o que foi confirmado em uma investigação preliminar feita pelo Office of Internal Oversight Services (OIOS). Segundo a porta-voz das Nações Unidas Michèle Montas, a prostituição envolveria algumas meninas menores de idade. O governo do Sri Lanka enviou quatro oficiais ao Haiti para investigar o caso e afirmou continuar comprometido com a política de tolerância zero ao AES³⁶.

No ano seguinte, um relatório foi responsável por levar a missão às páginas dos jornais. Em 27 de maio de 2008, extenso documento da ONG *Save The Children*³⁷ afirmava que trabalhadores humanitários e *peacekeepers* estariam abusando de crianças (através de sexo por comida ou dinheiro; ou sexo forçado) no Haiti, na Costa do Marfim, e no Sudão. Os números relatados são relativos aos três países, não sendo possível quantificar os dados específicos do Haiti. Há depoimentos, no entanto, de sete casos de AES no país: Em quatro destes os perpetradores são funcionários civis internacionais (FCI) e em três deles o relatório não define o status do perpetrador. No dia do lançamento do relatório, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou:

The abuse of children by those sent to help is a significant and painful issue and one that UN peacekeeping has and will continue to address candidly, comprehensively and robustly. Even one incident is one incident too many.³⁸

O então comandante militar da MINUSTAH, o General-de-Brigada brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, pediu, em seguida à divulgação do relatório, que a ONG inglesa apresentasse os casos concretos em que militares são acusados de abuso sexual contra menores de idade no país, já que só a partir de dados concretos poderia mandar

³⁴ “UN Mission's Summary detailed by Country”. Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), 30/11/2007. Disponível em http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/2007/nov07_3.pdf. Acesso em 03/04/2009.

³⁵ “Sri Lanka to probe UN sex claims”. *BBC News*, 11/03/2007. Disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7076284.stm. Acesso em 22/03/2009; “UN soldiers dismissed over sex abuse claims: Sri Lankan peacekeepers in Haiti sent home for allegedly paying prostitutes”. *MSNBC*, 02/11/2007. Disponível em <http://www.msnbc.msn.com/id/21600030/>. Acesso em 22/03/2009; “Plus de 100 soldats de l’ONU sanctionnés pour abus sexuels”. *AFP*, 03/11/2007.

³⁶ “Sri Lanka to probe sex charges”. *AFP*, 02/11/2007. Disponível em <http://afp.google.com/article/ALeqM5jv1Dg19IGQjacW3GTAozDzgm43iQ>. Acesso em 03/04/2009.

³⁷ “No One to Turn To”. *Save the Children*, 27 de maio de 2008.

³⁸ “Ban Ki-moon voices concern over report on child sexual abuse by peacekeepers”. *UN News Center*, 27 de maio de 2008. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=26812&Cr=peacekeep&Cr1>. Acesso em 22/03/2009.

abrir inquéritos. O general afirmou ainda que não teria nenhuma dificuldade em investigar e propor a punição de militares que tenham cometido tais atos. “Não se tem tolerância nesses casos, ainda mais quando se trata de crimes contra crianças. Não tem lero-lero”, afirmou o general³⁹. Mas, até o momento, o general afirmava desconhecer o envolvimento de qualquer militar vinculado à ONU com crimes sexuais.

O último caso de AES no Haiti divulgado pela mídia diz respeito a funcionários civis internacionais (FCIs). Segundo matéria da *Agência France Press*⁴⁰, de 17 de novembro de 2008, dois trabalhadores humanitários canadenses foram considerados culpados em seu país de origem por abusar – ‘tocando sexualmente’- de menores de idade, de idades entre 13 e 16 anos, em cerca de 10 ocasiões distintas em um orfanato haitiano entre 2006 e 2007. Ambos foram condenados, respectivamente, a 3 e 2 anos de prisão. A investigação foi levada a cabo com colaboração da MINUSTAH.

Dos casos citados, podemos tirar duas conclusões: Ainda que as opiniões sejam díspares, o caráter das denúncias de abuso e exploração sexual parece ser esporádico, e não sistemático, como foi o caso na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), mesmo que devemos levar em conta, no entanto, que a notificação pareça ser falha. Segundo Sarah Martin:

Haiti is a more sophisticated society than DRC - it has more media, it's more urban, and there are more "observers" around, meaning that it would be a lot harder to get away with the things that the soldiers in MONUC have gotten away with. Also, the UN uses more disciplined troops (...) in Haiti than it does in the Congo. The Latin American troops tend to have had more training on this issue⁴¹.

Assim, a disciplina dos militares, conseguida, em grande parte, pelo treinamento implementado nos países-contribuintes e também pelas medidas e pelo grau de rigidez estabelecido pelos superiores hierárquicos parece ter grande influência em como os militares se comportarão em campo e no melhor estado da MINUSTAH em relação a casos de AES, se comparada com a MONUC. Não à toa, países que não possuem centros

³⁹ CARVALHO, Jailton de. “Comandante brasileiro cobra de ONG casos concretos de abuso de crianças no Haiti”. *O Globo Online*, 27/05/2008. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=26812&Cr=peacekeep&Cr1>. Acesso em 12/12/2008.

⁴⁰ “Canadians accused of sex assault at Haiti orphanage”. *Agência France Press*, 17/11/2008. Disponível em <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5haIy86nMYVmOxD1dvDHOzfp5Oh4g>. Acesso em 22/03/2009.

⁴¹ Entrevista à autora por email, dia 01/12/2008.

de treinamento, ou que possuem programas deficientes, são aqueles que mais aparecem em denúncias de abuso e exploração sexual, como parece ser o caso do Sri Lanka⁴², conforme afirma o general indiano Dipankar Banerjee, do Institute of Peace and Conflict Studies de Nova Déli.

Os casos cometidos por civis são também preocupantes. O fato de que civis ficam mais tempo no país, muitas vezes por anos, e têm mais liberdade para circular, além de viverem em áreas comerciais, podem ser fatores facilitadores deste tipo de interação. Não há, no entanto, dados que corroborem tal sugestão. De forma geral - incluindo civis e militares - o problema principal parece, de fato, ser o aumento da prostituição de mulheres, meninas e meninos desde a chegada da missão. Peter Ganz e Sarah Martin, da *Refugees International*, afirmam que prostitutas percorrem as ruas e bares em Pétion-Ville, bairro onde mora a maioria dos funcionários internacionais⁴³. Isto porque, ainda que casos de AES sejam menos freqüentes no Haiti, “anywhere that there is desperate poverty (as there is in Haiti) and people with power to abuse, you will find abuse of power”.

6.1.2

Medidas adotadas e estrutura de investigação

A MINUSTAH, segundo suas autoridades, tem a luta contra a exploração e o abuso sexual (AES) como prioridade. Em 10 de outubro de 2007, o Principal Vice Representante Especial do Secretário-Geral da missão (*Principal Deputy Special Representative of the Secretary-General*), Luiz Carlos da Costa, afirmou, em uma conferência, que o AES constitui uma séria ruptura, que pode resultar em “dispensa instantânea”. O brasileiro disse, ainda, que o papel da ONU no Haiti era baseado na confiança, e para isso é necessário que todos tenham os mais altos padrões de comportamento: “(...) É completamente inaceitável que certos indivíduos traíam essa

⁴² Entrevista à autora. Institute of Peace and Conflict Studies, Nova Déli, 04/02/2009. Para mais sobre o treinamento implementado em cada país-contribuinte, ver *International Association of Peacekeeping Training Center (IAPTC)*, em <http://www.iaptc.org/>.

⁴³ “Must Boys Be Boys? Ending Sexual Exploitation and Abuse in UN Peacekeeping Missions”. *Refugees International*, 2005.

confiança ao cometerem atos de abuso e exploração sexual”⁴⁴. Em inúmeras outras ocasiões, como nas entregas de medalhas da ONU, o brasileiro reafirmou o compromisso com a política de tolerância zero⁴⁵. A prioridade da política de tolerância zero parece ser seguida também pelos comandantes militares: Em documentos de janeiro de 2007⁴⁶, Edmond Mulet, Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG) da missão, informa aos comandantes militares dos passos a serem tomados em casos de denúncias de AES e das medidas aplicáveis. Em fevereiro de 2007, o General Santos Cruz mandou um memorando para todos os comandantes de unidades, lembrando suas responsabilidades na prevenção do AES⁴⁷.

A sombra dos escândalos sexuais da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC)⁴⁸, em que a exploração de crianças por *peacekeepers* era absolutamente sistemática e feita sem nenhum esforço de discrição, causando grande embaraço à ONU, parece exercer grande impacto nesta escolha. Logo no começo da missão, e após as denúncias não-fundamentadas de que um brasileiro teria estuprado uma haitiana, todas as relações sexuais entre militares e mulheres locais passam a ser proibidas⁴⁹, segundo o Capitão de Fragata dos Fuzileiros Navais Ludovico Alexandre Velloso, que foi *Force Provost Marshall* (espécie de comissário ou chefe de polícia responsável pela apuração de má-condutas menores por parte de militares) da MINUSTAH.

Tal prioridade nas políticas de não-confraternização pode ser atestada, ainda, pela adoção de um grande número de medidas existentes na luta contra o AES. Das seis medidas registradas neste trabalho acerca do tema – estabelecimento de *curfews* e áreas *off-limits*, de áreas de lazer nas bases, de períodos de arejamento⁵⁰, de treinamentos de

⁴⁴ “Senior UN official in Haiti urges action to prevent sexual abuse”. *UN News*, 10/10/2007. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=24253&Cr=haiti&Cr1=>. Acesso em 10/12/2008.

⁴⁵ Entrevista com comandante José Reis. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 10/09/2008.

⁴⁶ Organização das Nações Unidas. United Nations Stabilization Mission in Haiti. MULET, Edmond (SRSG). Memorandum. Subject: Guidelines for the Handling of incidents involving MINUSTAH members, 15/01/2007.

⁴⁷ Organização das Nações Unidas. United Nations Stabilization Mission in Haiti. De Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz para All Unit Commanders. Memorandum. Subject: Monthly Report from Contingent Commanders regarding the prevention of sexual abuse and exploitation .21/02/2007.

⁴⁸ Ver capítulo 6.

⁴⁹ Entrevista à autora. Complexo Naval da Ilha do Governador, Rio de Janeiro, 23/11/2008.

⁵⁰ Os períodos de arejamento, no entanto, parecem, muitas vezes, deslocar o problema da prostituição para a vizinha República Dominicana, onde não há proibição de sexo com prostitutas.

conduta e de unidades de conduta e disciplina nas missões; obrigatoriedade do uso de uniformes durante todo o tempo, e restrições à livre mobilidade, a MINUSTAH, em menor ou maior grau, (uma vez que a adoção de muitas de tais medidas dependem de cada contingente) adota praticamente todas elas. Enquanto o Brasil, por exemplo, adota todas as políticas disciplinares, outros países têm restrições menos rígidas, especialmente com relação à mobilidade dos militares, segundo o Capitão Velloso⁵¹.

Os casos de má-conduta são divididos em dois tipos: “má-condutas sérias” (*serious misconduct*) e “má-condutas menores” (*minor misconduct*). As sérias são as que incluem negligência, atos criminosos, ou violações de regras e procedimentos da missão que têm sérias conseqüências para a operação e para indivíduos. Exemplos de tais condutas são casos de abuso de autoridade, quebra de confidencialidade, uso ou posse de narcóticos, roubo, corrupção, intoxicação durante o trabalho, abuso e exploração sexual. Estes casos são lidados pelo Office of Internal Oversight Services (OIOS)⁵². Já a má-conduta menor constitui-se por omissões ou atos de negligência que não têm grandes prejuízos para a missão ou para indivíduos, como o uso inapropriado do uniforme e a direção negligente⁵³. Estas devem ser lidadas pela própria missão ou pelo *Conduct and Discipline Unit*.

Dentre os casos de má-conduta séria de militares registrados pela mídia, por ONGs e pela própria missão a principal é, sem dúvida, a morte e o ferimento de civis, especialmente tendo em vista que esta é uma missão de cap. VII (ainda que o Ministério das Relações Exteriores discorde de tal visão), em que o princípio do uso mínimo da força é deixado para trás. Os freqüentes confrontos de militares da ONU com grupos armados⁵⁴ - ex-militares, paramilitares, traficantes de drogas, gangues armadas, grupos

⁵¹ *Idem*.

⁵² “Ban Ki-moon voices concern over report on child sexual abuse by peacekeepers”. *UN News Center*, 27 de maio de 2008. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=26812&Cr=peacekeep&Cr1>. Acesso em 22/03/2009.

⁵³ Organização das Nações Unidas. Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO). “Directives for Disciplinary Matters Involving Military members of National Contingent”. Sem data, DPKO/MD/03/00993.

⁵⁴ Ver, por exemplo, CARVALHO, Jailton, “Haiti: militares do Brasil acusados de agressão”. *O Globo*; Justiça Global. “Mantendo a paz no Haiti?”, maio de 2005; MONTERO, Dario. “UN Mission Walks Thin Line Between Peacekeeping and Repression”. Inter Press Service, 15/06/2005. Disponível em <http://www.globalpolicy.org/security/issues/haiti/2005/0615ribeiro.htm>. Acesso em 20/11/2008.

políticos- e com constantes pressões pelo aumento da força⁵⁵, especialmente no início da missão, quando a situação da insegurança era ainda mais latente, são responsáveis pelas reclamações de uso abusivo da força, detenções arbitrárias e invasão de propriedade, até hoje as reclamações sérias mais comuns. Tal constatação é corroborada por partes independentes da missão. Em dois de setembro de 2006, a já citada pesquisa feita por Athena Kolbe and Royce Hutson, publicadas pela revista acadêmica de medicina inglesa *The Lancet*⁵⁶, afirmava que 20% de todas as ameaças de mortes, sexuais e de violência recebidas pelos 5720 haitianos entrevistados foram feitas por soldados estrangeiros. Ainda que não se saiba a real extensão de tais casos, essa é a reclamação mais freqüente. Dentre as má-condutas menores, os acidentes de carro envolvendo veículos da ONU são, de longe, as denúncias mais freqüentes, talvez pela possibilidade de recebimento de indenizações.

Para Sarah Martin e Peter Gantz, da *Refugees International*, a MINUSTAH não está adequadamente preparada para lidar e lutar contra o AES⁵⁷. Segundo eles, a missão tem poucos recursos humanos e financeiros para lidar com o problema. Hoje, a *focal point on SEA* (instância responsável por receber reclamações, aumentar a consciência e fortalecer as respostas à má-conduta sexual) é, ao mesmo tempo, a responsável por questões de gênero em geral (*Gender Advisor*) e em treinar toda a tropa da missão – que contava com 7039 soldados e 2031 policiais em fevereiro de 2009⁵⁸ - em questões de conduta sexual.

⁵⁵ MONTERO, Dario. “UN Mission Walks Thin Line Between Peacekeeping and Repression”. Inter Press Service, 15/06/2005, ver nota 6; GANZ, Peter; MARTIN, Sarah. Refugee International. “Haiti: Brazilian Troops in MINUSTAH must intervene to stop violence”, 18/03/2005. Disponível em <http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/47a6eeb80.pdf>. Acesso em 20/11/2008.

⁵⁶ Athena Kolbe and Royce Hutson. “Human rights abuse and other criminal violations in Port-au-Prince, Haiti: a random survey of households”. *The Lancet*, vol. 368, no. 9538, 02/09/2008. pp. 864-873.

⁵⁷ MARTIN, Sarah; GANTZ, Peter. “Haiti: sexual exploitation by peacekeepers likely to be a problem”. *Refugees International*, 07/03/2005. Disponível em <http://www.refugeesinternational.org/content/article/detail/5315/?output=printer>. Acesso em 11/11/2008.

⁵⁸ “Haiti - MINUSTAH - Facts and Figures”. Disponível em <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/facts.html>. Acesso em 03/04/2009.

6.2

O treinamento do Batalhão Brasileiro (BRABATT)

Tendo analisado os casos publicados pela mídia de abuso e exploração sexual (AES) por militares da MINUSTAH e as medidas implementadas pela missão em combate ao fenômeno, passemos à análise do treinamento de AES de militares do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. Do total de 7039 militares participantes da MINUSTAH⁵⁹, 1282 são brasileiros⁶⁰: Destes, cerca de 225 são Fuzileiros Navais, ligados à Marinha do Brasil, e o restante é do Exército brasileiro. Os militares brasileiros, tanto da Marinha, quanto do Exército, são orgulhosos de seu comportamento disciplinado no Haiti. Frases como “Não tenho nada para te dizer, porque nunca fazemos nada”, “com o Brasil isso não acontece....” foram repetidas variadas vezes durante as entrevistas. A frase do Capitão-de-Fragata dos Fuzileiros Navais José Firmeza Simões dos Reis, que esteve no Haiti de novembro de 2007 a junho de 2008, exemplifica bem esta crença: “Até hoje não vou dizer para você que não houve, mas eu não tenho conhecimento e ninguém nunca soube de algum caso de brasileiros cometendo atos de abuso sexual”⁶¹.

Obviamente, no interesse de manter a seriedade metodológica, devemos lidar com a possibilidade de que as diretrizes recebidas pelos militares sejam a de nunca tornar pública uma denúncia ou um caso concreto de AES contra um militar brasileiro. Mas como relatado acima, o único caso que aparece na mídia é a já citada denúncia envolvendo uma menina de 16 anos que afirmava ter sido estuprada por um soldado brasileiro em novembro de 2004⁶², que foi refutada pelas investigações militares brasileiras que se seguiram.

Nesta análise, temos como objetivo verificar a importância do treinamento como definidora do aparente baixo número de casos de AES cometido por militares brasileiros.

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ “UN Mission's Contributions by Country”. Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), 28/02/2009.

⁶¹ Entrevista com o Capitão-de-Fragata dos Fuzileiros Navais José Firmeza Simões dos Reis. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, dia 21/11/2008.

⁶² LINDSAY, Reed. “UN Peacekeepers accused of rape”. *Washington Times*, 17/12/2006. Disponível em <http://www.washingtontimes.com/news/2006/dec/17/20061217-122119-4767r/>. Acesso em 01/12/2008.

Para isso, analisaremos o treinamento implementado para membros do Exército e dos Fuzileiros Navais com base em certos critérios pré-estabelecidos. Em um segundo momento, faremos entrevistas com militares a partir de três perguntas-padrão, com o objetivo de analisar a recepção da mensagem por parte dos militares.

6.2.1

O treinamento sobre abuso e exploração sexual para militares brasileiros

O treinamento prévio dos militares do Exército que vão para missões de paz é feito no Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), a partir de 2009 Centro Sergio Vieira de Mello, enquanto que o dos Fuzileiros Navais é feito na Escola de Operações de Paz, que faz parte do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo⁶³. Como já analisado no capítulo 2, a literatura de gênero e missões de paz, especialmente aquela que se preocupa com o treinamento, produziu inúmeros *insights*, a partir de experiências passadas, de como o treinamento pode tornar-se mais efetivo. Com base nesta literatura, definimos indicadores de efetividade.

Os indicadores estabelecidos foram, em primeiro lugar, a *ausência* ou *presença* do treinamento sobre abuso e exploração sexual (AES). Em segundo lugar, analisaremos o *conteúdo implementado*: ou seja, se as palestras estão de acordo com os preceitos dos *Standardized Generic Training Modules* (SGTM) ou se possuem um conteúdo próprio, contrários aos princípios da ONU. Em terceiro lugar, deve-se analisar a *clareza das políticas* da ONU com relação às proibições de AES. Em quarto lugar, devemos verificar a *duração da palestra* e sua *origem*, ou seja: que órgão é responsável por ministrar tais palestras.

Para a análise do treinamento aplicado, fizemos diversas entrevistas com aqueles que ministram o conteúdo especificamente sobre AES para militares. Para o exame do treinamento dos Fuzileiros Navais falamos com o Capitão-de-Fragata Silvio Aderne Neto, treinador para cursos de gênero e AES para observadores militares do Corpo de Fuzileiros Navais. Para o Exército, entrevistamos o Capitão Enio Barbosa Fett de Magalhães, responsável por ministrar a palestra de AES em diversos cursos oferecidos

⁶³ Ambos os órgãos ficam no Rio de Janeiro.

pelo CIOpPaz. Além das entrevistas, analisamos o conteúdo das palestras ministradas por estes profissionais. Entrevistamos ainda o Comandante José Reis, do Corpo de Fuzileiros Navais, responsável da inteligência e contra-inteligência do Batalhão Brasileiro de novembro de 2007 a junho de 2008⁶⁴, cujas atribuições incluíam fazer palestras sobre questões de disciplina na MINUSTAH a militares tanto do Exército, quanto da Marinha.

Em um primeiro momento, é necessário verificar a *ausência* ou a *presença*, além do espaço dado ao tema, frente aos muitos outros assuntos teóricos existentes nos treinamentos. Tanto Fuzileiros quanto membros do Exército afirmam que o AES, e a disciplina em geral, são assuntos existentes e enfatizados nos treinamentos, de acordo com o próprio conteúdo-base repassado pela ONU⁶⁵. No Exército, por exemplo, todos os cursos ministrados (cursos para comandantes de pelotão e de sub-unidade de engenharia, para capitães e tenentes da companhia de logística; para capitães tenentes de infantaria e cavalaria, para comandantes das tropas de engenharia etc.) incluem palestras sobre AES, da mesma forma que nos cursos ministrados pela Marinha.

Segundo o Comandante José Reis, durante a missão, são escolhidos alguns assuntos prioritários nos treinamentos sobre código de conduta, com base em experiências passadas da ONU, como, por exemplo, abuso de poder, detenções arbitrárias e abuso e exploração sexual, para serem os temas principais nas palestras, nas recomendações aos comandantes e nas reuniões semanais entre autoridades.

O conteúdo do curso ministrado no Exército é uma mescla dos Módulos Genéricos de Treinamento Padronizados (SGTM), produzidos pelo Serviço de Treinamento Integrado, órgão do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), com noções formuladas pelo Centro, tais como informações técnicas e operacionais específicas à missão e aos cargos exercidos (sejam eles militares que vão como tropa ou como observadores militares). Com relação às apresentações sobre AES, o conteúdo é integralmente aquele do SGTM, no caso o número 5. O curso do SGTM 5 é sobre temas ligados a “atitudes e comportamentos”, e está dividido em 4 sub-cursos: 5 A - Código de Conduta; 5 B - Consciência Cultural; 5 C - Proteção de Crianças e 5 D -

⁶⁴ Como explicitado no capítulo 1, os militares têm o *induction training*, treinamento recebido logo após a chegada das tropas; e o *continuous training*, palestras dadas ao longo da permanência dos militares.

⁶⁵ Afirmação feita tanto por Major Ricardo, quanto pelos Comandantes José Reis e Aderne.

Prevenção ao Abuso e à Exploração Sexual. Nesta última palestra, o objetivo é explicar o contexto em que se dá o AES, as conseqüências negativas para as vítimas e para a reputação e credibilidade da ONU. Ao final do curso, espera-se que os militares possam descrever o que constitui AES, que saibam quais as políticas da ONU, e quais as proibições impostas⁶⁶.

Enquanto o módulo de AES do Exército é totalmente baseado nos SGTMs, a palestra para observadores militares do Corpo de Fuzileiros Navais é, segundo o Capitão-de-Fragata do Corpo de Fuzileiros Navais Silvio Aderne Neto, uma mistura do SGTM com cursos ministrados no Canadá e na Irlanda. Da mesma forma, o objetivo da palestra é enfatizar a importância de seguir os padrões de conduta da ONU, e os motivos pelos quais o AES é proibido pela regra da ONU, além de esclarecer quais ações constituem AES e explicar o impacto destas ações na população local e na missão. Assim, no caso de Fuzileiros Navais, que também incluem as palestras de AES, o conteúdo é um pouco distinto, mas ainda assim a apresentação segue os objetivos estabelecidos pelo SGTM.

A palestra dada pelo Comandante José Reis é aquela produzida pelos CI (Centro de Inteligência do Exército). As palestras eram feitas por rodadas: os 225 fuzileiros fizeram de uma vez, enquanto o Exército as ministrava por companhia, até cobrir todo o contingente. É relevante lembrar que o pequeno número de participantes por vez facilita o entendimento e a comunicação entre palestrantes e alunos.

A principal característica que procuramos no conteúdo das palestras e nas entrevistas com os treinadores é a clareza do conteúdo passado, especialmente com relação às *políticas da ONU*, uma vez que esta característica garante, em grande parte, o entendimento daqueles que passam pelo treinamento. A clareza é uma característica mais facilmente verificada através do entendimento daquele que foi treinado, e não pelo que afirma o treinador. Ainda assim, é relevante perguntar a percepção daquele que ministra as palestras, uma vez que, em grande medida, a forma como este formula a palestra pode facilitar o entendimento de conceitos e regras não tão claros, como os conceitos de abuso e exploração sexual utilizados pela ONU. A introdução das relações consensuais nestes

⁶⁶ Organização das Nações Unidas. Integrated Training Service, 2006. “SGTM 5 D: Prevention of Sexual Exploitation and Abuse”.

conceitos pode, por certo, causar inúmeros desentendimentos, uma vez que, como já vimos no capítulo 2, o entendimento tradicional de AES é outro.

É relevante notar que o apelo à obediência das regras da ONU parece ser mais à imagem da missão do que aos prejuízos causados aos indivíduos envolvidos nestas relações. Segundo o Comandante Aderne, a intenção das palestras é causar impacto nos militares, demonstrando o quanto casos de AES têm resultados negativos para a imagem da missão, da organização e do país. Segundo ele: “Eu digo: O nosso país vem em primeiro lugar. Se vocês conseguirem manter a imagem da ONU intacta, fiquem tranqüilos, que a imagem do Brasil também estará intacta”⁶⁷. Para demonstrar os prejuízos à imagem, de uma forma geral, em sua palestra é mostrada uma imagem do site de busca *Google* com a frase “*misconduct of UN personnel*” digitada na caixa de busca, e o resultado são mais de 317 mil matérias sobre o tema. Da mesma forma, Capitão Enio⁶⁸ afirma que o objetivo é demonstrar a importância que tem o soldado brasileiro no Haiti, ao representar seu país. “Qualquer incidente, mesmo que não tenha sido provado, gera uma certa mácula na imagem brasileira”.

Ainda que pareça negativo ou inadequado para alguns, a ênfase nos resultados negativos para a imagem da ONU e do país contribuinte de tropas, em detrimento das conseqüências individuais que a exploração e o abuso sexual podem causar, facilita o entendimento da importância do seguimento da regra. Puechguirbal (2003) afirma há quem acredite que “sustentar” ou dar coisas a uma mulher durante sua estadia faz dele uma pessoa boa, capaz de boas ações, e, portanto, eticamente compatível com as missões de paz, como já foi relatado no capítulo 1. Assim, apoiar-se na imagem da ONU faz com que aqueles para quem as conseqüências negativas para as mulheres locais não sejam justificativa suficiente para agirem segundo as normas comportem-se apropriadamente. Ainda assim, se o objetivo é construir uma nova cultura, é absolutamente necessário enfatizar não só a imagem do país, mas as conseqüências negativas às vítimas, introduzindo, assim, um componente moral no cumprimento das regras.

Ainda assim, o apelo à manutenção da imagem do país contribuinte de tropa também parece ser eficiente, já que, em princípio, todo militar é essencialmente patriota.

⁶⁷ Entrevista com o Capitão-de-Fragata dos Fuzileiros Navais Silvio Aderne Neto. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, dia 21/11/2008.

⁶⁸ Entrevista com o Capitão Enio Fett Magalhães. CIOpPaz, Rio de Janeiro, dia 5/12/2008.

Comandante José Reis afirma que o apelo à imagem da missão e do país destrói a tradição de silêncio supostamente existente entre militares, já que a má-conduta de um militar de um contingente de outro país prejudicará a imagem da missão como um todo, inclusive do Brasil. Assim, para ele, a identidade militar é menos importante do que a identidade de brasileiro. “Se suja o nome da missão, suja a todos conseqüentemente. É uma questão de proteção”⁶⁹.

Ainda que em menor grau, os treinadores também tentam enfatizar as disparidades de poder e as conseqüências negativas para as mulheres na explicação das políticas de AES da ONU. José Reis afirma explicar para os militares: “Não pensem que a haitiana vai se apaixonar por vocês porque vocês são lindos. Ela vai se apaixonar por vocês porque vocês são a esperança de um futuro melhor pra elas lá no Brasil”⁷⁰. Reis afirma ainda que tenta explicar àqueles que porventura não se importem com o fato de que as haitianas não estão apaixonadas pela beleza dos soldados que “na cabecinha dela está se passando uma coisa que é completamente diferente do que se passa na cabeça dele. Ela está achando que vocês estão namorando elas. Isso é uma maldade muito grande com as moças, além de ser um troço estupidamente prejudicial para imagem do Brasil”⁷¹. Na palestra do Comandante Aderne, há também a explicitação do impacto destes casos para “o mandato, a segurança, a missão, o país de origem, e a população local”.

A clareza dos *conceitos utilizados* pode ser facilitada pelo uso de diversas ferramentas, tais como o uso de estudos de caso, e também da narração, por parte dos treinadores, de suas próprias experiências pessoais. O treinamento do Capitão-de-Fragata dos Fuzileiros Navais Silvio Aderne Neto, por exemplo, utiliza-se de uma série de estudos de caso. Tal ferramenta acaba por esclarecer possíveis dúvidas já que explicam, na prática, conceitos que parecem ser demasiadamente vagos. Na palestra do Comandante Aderne, são quatro estudos de caso: um oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) que se envolve com uma menina de 16 anos, cujos pais se orgulham da relação; um observador militar que se encontra com uma prostituta de 30 anos em um país em que a prostituição não é ilegal; uma adolescente

⁶⁹ Entrevista com o Capitão-de-Fragata dos Fuzileiros Navais José Firmeza Simões Reis. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 21/11/2008.

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Idem.*

refugiada que é assediada por um funcionário do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e os dois engajam numa relação “consentida”, em que “nenhum dos dois acha que está fazendo algo errado”; um observador militar que assedia sua empregada doméstica, que, por sua vez, parece gostar dele. Depois de cada caso, há uma explicação sobre os motivos pelos quais tais relações são proibidas, ainda que envolvam sentimentos e consentimento mútuo. Os casos ajudam a entender que, ainda que os envolvidos locais estejam satisfeitos com a situação, estes são proibidos pela ONU, o que combate a sensação, já explicitada, que alguns militares sentem, através destas relações, de estarem sendo altruístas. Há, ainda, na palestra, a utilização de fotos, representando a situação de pobreza em que se encontram as mulheres, como forma de explicar a ligação da vulnerabilidade que as leva a se oferecerem.

Com relação a *quem* apresenta as palestras, conforme já dito no capítulo 2, uma das recomendações feitas para melhorar a clareza e a efetividade do treinamento seria incluir treinadores homens. No Brasil, por sua vez, não só os treinadores são sempre homens, mas são também militares, assim como os treinados. A identidade entre treinador e treinado facilita a simplificação da linguagem⁷² e o respeito às normas, uma vez que estas são entendidas dentro da estrutura militar de obediência às ordens emitidas pelos superiores. Esta identificação com o mundo masculino e militar permite que se use uma linguagem mais direta: Segundo Comandante José Reis, a clareza de sua palestra estava em usar termos “só de homens”, que não deixavam dúvidas quanto ao que queria dizer com a proibição. O Comandante afirmava ainda que, além de usar termos diretos, perguntava, como se fosse os militares, possíveis questões, como “Comandante, beijar na boca é fazer sexo?”, de forma a esclarecer possíveis desentendimentos. Este tipo de linguagem corriqueira parece evitar os desentendimentos conseqüentes do uso de uma linguagem demasiadamente sofisticada (Puechguirbal, 2003, p. 117).

O Brasil possui ainda um programa de prevenção a atos de má-conduta, tais como abuso e exploração sexual, agressões físicas ou morais, suborno, intimidação, extorsão e abuso de poder. As palestras são ministradas todo mês, tanto pela Marinha como pelo

⁷² Segundo Toiko Tõnison Kleppe, UN-INSTRAW, “A man who speaks to other men about gender is often listened to in a more attentive way”. “UN-sponsored meeting calls for more male facilitators in gender training”, UN News, 26/06/2008. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=23030&Cr=gender&Cr1=training>. Acessado em 30/08/2008.

Exército⁷³. O objetivo da apresentação é enfatizar os principais problemas a se evitar em uma missão de paz, lembrando as consequências de tais atos - não só para os militares, como a repatriação e os efeitos negativos à carreira, assim como os danos à imagem do Brasil e da ONU- mas para as vítimas, como a humilhação e estímulo ao tráfico humano. Segundo a apresentação: “O que menos se espera de um soldado a serviço de uma missão de paz é uma conduta reprovável como essa (abuso e exploração sexual)”⁷⁴.

No Exército, o tempo total de treinamento para uma missão como a MINUSTAH é de quatro meses. Pela quantidade de militares e pelos diferentes lugares de onde estes vêm, o curso é aplicado com base no conceito de “multiplicadores” – ou seja, aqueles que fazem o curso são apenas os oficiais de comando- normalmente, capitães e tenentes. Estes voltam do CIOpPaz para suas bases – com uma apostila, em que estão contidas as informações ministradas - e repassam a seus subordinados as noções aprendidas. No final, há um exercício prático, chamado de Exercício Avançado de Operação de Paz (EOP), em que há uma replicação da estrutura do Haiti, no qual todos participam. No total, segundo o Major Nelson Ricardo Fernandes da Silva do CIOpPaz⁷⁵, 150 de 1250 militares da missão fazem diretamente o curso: uma razão de pouco mais de 1 para 9. Assim, apesar de serem ministradas pelo CIOpPaz, os conhecimentos são repassados pelos próprios superiores militares de cada base, o que garante a identificação entre treinador e “aluno”.

A única crítica que pode ser feita aos treinamentos implementados é com relação à *duração* das palestras. No Exército, os cursos, para diferentes categorias, costumam ter de uma a duas semanas. O curso para observadores militares do Corpo de Fuzileiros Navais não é muito diferente. São três semanas de curso, das quais duas semanas são teóricas e uma prática. No total, são dadas 11 disciplinas em 110 horas. Mas a duração das palestras tanto do Exército quanto da Marinha não passam de uma hora. A curta duração das palestras de prevenção ao AES já havia sido apontada como uma das falhas do treinamento de AES em vários países (como Higate, 2003, p. 4).

⁷³ Entrevista com Comandante Renato Rangel Ferreira por email, dia 13/03/2009.

⁷⁴ “Normas de Conduta (Abuso Sexual)”. Material concedido por Comandante Renato Rangel Ferreira, 13/03/2009.

⁷⁵ Entrevista com Major Ricardo, CIOpPaz, dia 28/11/2008.

No dia 14 de fevereiro de 2009, a Unidade de Conduta e Disciplina da MINUSTAH promoveu a “Campanha contra o Abuso e a Exploração Sexual”⁷⁶. O objetivo do evento era aumentar a conscientização sobre a gravidade do assunto entre militares. A campanha, que durou até o dia 27 de fevereiro de 2009, contou com distribuição de cartões-alerta e palestras informativas⁷⁷

5.2.2

“Não adianta nada uma palestra linda, se você não colocar em prática”

A percepção, como afirmou o Comandante José Reis⁷⁸, é inerente a cada um. Dessa forma, ainda que a palestra tenha sido dada da forma mais clara possível, com linguagem simples e utilização de fotos e estudos de caso, é necessário investigar se, de fato, seu conteúdo foi compreendido por seu público. Estabelecemos, assim, três perguntas a serem feitas, em dois momentos distintos, com o objetivo de identificar a compreensão daqueles que passaram pelo treinamento. Em um primeiro momento, perguntamos aos militares: 1) O que é abuso sexual e o que é exploração sexual? E 2) Qual a política da ONU com relação a sexo com mulheres locais? Após responderem às duas primeiras perguntas, a terceira questão era formulada: 3) O que acontece caso o militar faça sexo com uma mulher local? Esta terceira pergunta é feita em um segundo momento para não subtender àqueles que porventura não tivessem conhecimento das proibições, que havia, de fato, uma proibição de fazer sexo com mulheres locais.

Lembrando que, segundo o Boletim do Secretário-Geral de 2003⁷⁹, o abuso sexual é definido como “atos ou ameaças físicas de teor sexual”, e a exploração como o abuso de uma posição poder, de um lado, e de vulnerabilidade, de outro; podemos afirmar que os dois observadores militares do Corpo de Fuzileiros Navais que fizeram o curso com o

⁷⁶ “Campanha contra o abuso e a exploração sexual”. Exército Brasileiro, março de 2009. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/03ativid/missaopaz/minustah/noticias/2009/02fev/abuso.html>. Acesso em 22/03/2009.

⁷⁷ MINUSTAH. “Campanha contra o abuso e a exploração sexual”. Ordem de Serviço Nr 006.G9, 12/02/2009. Material concedido por Comandante Renato Rangel Ferreira, 13/03/2009.

⁷⁸ Entrevista com o Capitão-de-Fragata dos Fuzileiros Navais José Firmeza Simões Reis. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 21/11/2008.

⁷⁹ Organização das Nações Unidas. Secretariado. “Special Measure for protection from sexual exploitation and abuse”, Secretary-General’s Bulletin. Documento das Nações Unidas No. ST/SGB/2003/13, 09/10/2003.

Comandante Aderne sabiam o que significavam ambos os conceitos. Segundo o Major de Infantaria da Aeronáutica, Salomão Pereira da Silva⁸⁰, o abuso sexual é “qualquer atividade sexual praticada por alguém, sem o consentimento ou desejo do outro”. Já a exploração sexual é definida por ele como “a prática de ações relativas ao sexo, nas quais o autor detém posição privilegiada sobre o outro”.

Com relação às políticas da ONU, os militares parecem ter conceitos ainda mais estritos que a própria Organização. Tanto o Capitão-Tenente Alexandre Simioni quanto o Major Salomão afirmaram que o sexo com mulheres locais, e inclusive com funcionários da ONU é proibido. Segundo Simioni: “É completamente proibido pela ONU que haja esse envolvimento”⁸¹, uma vez que estas relações acabariam com a imparcialidade necessária ao observador militar. Major Salomão afirmou que a política da ONU com relação a sexo com locais é “extremamente severa, com tolerância zero para qualquer ocorrência desta natureza”⁸². Todos os dois afirmaram, ainda, que a consequência é a repatriação (e não “pode ser” a repatriação, como seria mais semelhante à realidade das missões de paz).

É relevante que ambos os militares tenham um entendimento mais severo do que de fato é a realidade das políticas da ONU. Na verdade, segundo o Boletim do Secretário Geral de 2003, o abuso e a exploração sexual são ações proibidas, mas as relações sexuais com mulheres locais sem troca de favores ou violência são apenas “desencorajadas”. Além disso, ambos afirmaram que, ao envolver-se com mulheres locais, o militar é, como afirmou Simioni, “automaticamente repatriado e julgado pela lei do Brasil, mantendo a ONU informada da situação, e a ONU vai cobrar do país como está o andamento do processo”. Ou seja: Diferente do que afirmou Bedont (2005, p. 87), os militares parecem não ter consciência da demora e dos problemas envolvidos nos processos de investigação e punição tanto da ONU, como dos países-membros, já explicitados no capítulo 1. Na verdade, o treinamento parece enfatizar que, apesar da limitação da ONU, eles serão, por certo, julgados pelas leis brasileiras.

⁸⁰ Entrevista com o Major de Infantaria da Aeronáutica Salomão Pereira da Silva por email, dia 09/12/2008.

⁸¹ Entrevista com Capitão-Tenente Alexandre Simioni dos Fuzileiros Navais, dia 02/12/2008.

⁸² Entrevista com o Major de Infantaria da Aeronáutica Salomão Pereira da Silva por email, dia 09/12/2008.

No entanto, devemos levar em conta certas especificidades próprias aos observadores militares, em comparação com militares que seguem para as missões como parte de tropa. Os observadores são todos, praticamente, oficiais, ou seja: suas patentes são, via de regra, superiores à patente de tenente. O fato de que estes são oficiais garante, quase sempre, um nível de escolaridade superior, e uma maior experiência profissional, o que facilita, segundo o Comandante Aderne, a compreensão destes com relação às regras de conduta. Como os observadores são quantitativamente menos numerosos que os militares de tropas, todos passam por treinamento, e não apenas seus comandantes. Por outro lado, a melhor compreensão é imprescindível ao observador, uma vez que o nível de ligação deste com a população local é distinto daqueles que vão como tropa. O observador militar tem mais mobilidade e interage mais, já que sua função é justamente colher informações. O fato de que são mais velhos (idades entre 30 e 40) e casados, em sua maioria, também é apontado como uma característica benéfica com relação a seu comportamento sexual por alguns militares. É válido apontar uma certa vulnerabilidade com relação à formação do observador militar do corpo de Fuzileiros Navais: o curso é oferecido apenas uma vez por ano, então, muitas vezes, o militar é deslocado para uma missão meses depois de ter assistido às palestras teóricas, o que pode enfraquecer a memória de seu conteúdo.

Já no caso de patentes inferiores - ou seja, daqueles que não são oficiais, como praças, sargentos e subtenentes- e oficiais subalternos, como tenentes, a situação é um pouco diferente. Para esta pesquisa, entrevistamos 10 militares no total, todos do oitavo contingente do BRABATT, anonimamente: 4 tenentes, 4 praças e 2 sargentos. É relevante lembrar que tal amostra pequena numericamente não tem o objetivo de ser representativa, mas apenas de ser um exemplo de como as informações podem ser entendidas pelos militares. A grande maioria destes (9 no total) não sabe qual o significado dos conceitos de abuso e exploração sexual da ONU. Respostas confusas como “a exploração sexual ocorre quando fica caracterizada a criação de um vínculo entre as partes, ou seja, explorador e vítima estabelecem uma relação constante igualmente baseada na intimidação em troca dos mesmos tipos de favores” (tenente) ou “abuso é tudo aquilo que você está fazendo de errado” (cabo) foram comuns. Todos, no entanto, sabiam que o envolvimento com locais poderia resultar em repatriação, e alguns eram

mesmo capazes de dissertar sobre como se dá o processo mais detalhadamente (a exemplo de: “Existe uma espécie de corregedoria da MINUSTAH que abre sindicância e pode chegar a expulsar o(s) envolvido(s) da missão, pedindo (ou exigindo) a repatriação”). Alguns citavam ainda as punições possíveis aqui no Brasil, uma vez que a punição do militar é de responsabilidade do país-contribuinte, e não da ONU.

Dessa forma, podemos concluir que a confusão entre relações com consenso e sem consenso é presente no entendimento dos conceitos e abuso e exploração sexual adotados pela ONU. Se os observadores militares parecem ter noção do entendimento do conceito, os militares de patentes inferiores, que são a esmagadora maioria do contingente - cerca de 1000 no Exército e 100 dos 225 fuzileiros navais - não sabem o que é exploração e abuso sexual. No entanto, o relevante é que praticamente todos, independentemente da patente, afirmam que ter sexo com mulheres e meninas locais é proibido, e resulta em automática repatriação.

6.3

Conclusão

Conforme atestamos através de notícias de mídia e de relatos de integrantes de organizações não-governamentais, pouquíssimas denúncias apareceram especificamente sobre militares brasileiros na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). De uma vez, 108 soldados do Sri Lanka, país que tinha, nesta época, 960 militares na MINUSTAH⁸³, foram repatriados por suspeita de haverem pagado por sexo⁸⁴ (o que foi confirmado em uma investigação preliminar feita pelo Office of Internal Oversight Services), o que equivale a mais de 10% do contingente em um curtíssimo espaço de tempo. Já o Brasil teve apenas um relato de AES apurado pela pesquisa, em

⁸³ “UN Mission's Summary detailed by Country”. Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), 30/11/2007. Disponível em http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/2007/nov07_3.pdf. Acesso em 03/04/2009.

⁸⁴ “Sri Lanka to probe UN sex claims”. *BBC News*, 11/03/2007. Disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7076284.stm. Acesso em 22/03/2009; “UN soldiers dismissed over sex abuse claims: Sri Lankan peacekeepers in Haiti sent home for allegedly paying prostitutes”. *MSNBC*, 02/11/2007. Disponível em <http://www.msnbc.msn.com/id/21600030/>. Acesso em 22/03/2009; “Plus de 100 soldats de l’ONU sanctionnés pour abus sexuels”. *AFP*, 03/11/2007.

2005⁸⁵, além da denúncia da revista acadêmica *Lancet* de que militares brasileiros e jordanianos teriam feito ameaças sexuais enquanto estavam sob patrulha⁸⁶. Isto num espaço de tempo de mais de cinco anos - de 2004 a 2009 -, em que mais de 12 mil militares brasileiros passaram pelo país⁸⁷

O bom comportamento das tropas brasileiras está muito provavelmente ligado à qualidade do treinamento empregado no país. Apesar da duração das palestras do AES ser curta, todos os cursos possuem apresentações sobre o tema, que seguem as orientações dos *Standardized Generic Training Modules* (SGTM), e que deixam claras as políticas da ONU em relação ao AES.

É importante, no entanto, levar em conta outros fatores que podem ser relevantes na explicação do bom comportamento do contingente brasileiro. Como já foi dito, as mais importantes medidas à prevenção do abuso e da exploração sexual (AES) são: o estabelecimento de *curfews* e áreas *off-limits*, de áreas de lazer nas bases, de períodos de arejamento, de treinamentos de conduta e de unidades de conduta e disciplina nas missões; a implementação da obrigatoriedade do uso de uniformes durante todo o tempo, e de restrições à livre mobilidade. A MINUSTAH, em menor ou maior grau (uma vez que a adoção de muitas de tais medidas depende de cada contingente) adota praticamente todas elas.

Vamos analisar, agora, as medidas adotadas especificamente pelo batalhão brasileiro, e que também devem ser levadas em conta quanto tentamos explicar o baixo número de denúncias de abuso e exploração sexual do Brasil na MINUSTAH. O primeiro fator que devemos levar em conta é a limitação da mobilidade das tropas brasileiras. As patrulhas brasileiras são feitas em grupo, sempre com um oficial a bordo⁸⁸. Assim, para que ocorresse um ato de má-conduta, seria necessário que todos os integrantes da patrulha concordassem ou fossem, no mínimo, condescendentes com tal comportamento. Ainda que muitas vezes os indivíduos cometam atos de violência em

⁸⁵ “ONU investigou três acusações contra soldado brasileiro”. *O Globo*, 01/12/2006.

⁸⁶ Athena Kolbe and Royce Hutson. “Human rights abuse and other criminal violations in Port-au-Prince, Haiti: a random survey of households”. *The Lancet*, vol. 368, no. 9538, 02/09/2008. pp. 864-873.

⁸⁷ “UN Mission's Summary detailed by Country”. Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), 30/11/2007. Disponível em http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/2007/nov07_3.pdf. Acesso em 03/04/2009.

⁸⁸ Tal informação foi concedida por inúmeros militares tanto da Marinha quanto do Exército.

grupo que não faziam sozinhos, de forma geral o fato de que os militares brasileiros andam sempre em grupo parece ser benéfico em evitar o mal-comportamento.

O arejamento - ou os dias em que o militar está fora de serviço - é outro fator que deve ser levado em conta. Apesar de todos os batalhões terem arejamento, alguns militares de outros países fazem arejamento no próprio Haiti, o que facilita a interação com mulheres locais. De acordo com um militar brasileiro, enquanto a maioria dos brasileiros usa seus dias de folga no exterior (a maioria na República Dominicana), outros, como os militares do Nepal, do Sri Lanka, da Jordânia e do Uruguai tendem a passar o arejamento na base. Isso parece explicar, em parte, os motivos pelos quais uruguaios e membros do Sri Lanka são acusados de freqüentar boates e fazer festas em suas bases.

O Comandante José Reis lembra ainda que a repatriação, em caso de atos de AES, significa, muitas vezes, o fim de uma chance de crescimento profissional nas Forças Armadas, especialmente para os não-oficiais - que ainda não possuem estabilidade- e o fim do soldo extra recebido pelos soldados, além da vergonha de ser expulso do Exército.

De todos os fatores, o que parece, no entanto, ser mais relevante, é o comprometimento dos superiores hierárquicos com a prevenção do abuso e a exploração sexual. O Comandante José Reis afirma que a liderança é a coisa mais importante não só na missão, mas na vida militar como um todo. Para Major Ricardo, a estrutura hierarquizada existente nas Forças Armadas faz com que os superiores sintam-se diretamente responsáveis pelos erros cometidos por seus subordinados, estimulando a disciplina de seu grupo. Assim, mesmo o soldado que não fará carreira no Exército segue ordens e regulamentos. Desta forma, os superiores são aqueles que relembram a todo momento seus subordinados da importância da questão.

Segundo Comandante Aderne, os superiores são importantes não só na ênfase às regras, mas no monitoramento psicológico de seus subordinados. Ou seja: de tanto conviverem, os superiores têm a capacidade de identificar aqueles que estão mais fragilizados, deprimidos, desmotivados ou inclinados a se comportarem mal. Neste caso, é necessária uma “ação de comando”. Segundo ele: “Uma coisa que é fundamental (...) é

liderança. Se você tiver liderança, em todos os níveis, você consegue influenciar seus soldados, de modo a (...) evitar os procedimentos errados”⁸⁹.

É relevante lembrar que o comprometimento dos oficiais brasileiros com relação à conduta de seus subordinados é resultado da importância com que o governo brasileiro lidera militarmente a MINUSTAH, por diversos motivos relacionados à política externa do país, que vão desde à vontade de construir uma nova identidade internacionalista à intenção mais pragmática de obter uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, em uma eventual reforma do órgão (Diniz, 2004). Uma vez que a liderança da missão no Haiti parecia ser, para o Brasil, uma possibilidade de mostrar sua capacidade de liderar processos no âmbito internacional, o que poderia ajudar na candidatura ao assento no Conselho de Segurança da ONU, sair-se bem nesta tarefa é essencial para o país. No fim das contas, a especificidade brasileira é o comprometimento do país em ter uma imagem idônea, seja por quais motivos forem- se objetivos a subjetivos.

Mas tais objetivos não tiram o mérito do comportamento das Forças Armadas brasileiras no Haiti. Primeiro porque os motivos pelos quais a preparação das tropas é levada a sério não são fatores primordiais, desde que sejam compatíveis com a missão de paz e com seus objetivos. Em segundo lugar, porque, como veremos no caso da Índia, a vontade de alcançar um assento no Conselho de Segurança e, conseqüentemente, de manter a imagem dos militares indianos intacta nem sempre é suficiente para garantir o bom-comportamento dos soldados.

⁸⁹ Entrevista com Comandante Silvio Aderne Neto, Ilha das Cobras, dia 21/11/2008.